

EDITAL Nº 107/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0013973-26.2022.8.22.8000

MENOR PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022			
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 25/11/2022, às 09:30h (horário de Brasília), no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">http://www.comprasgovernamentais.gov.br</a> .			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: 22/11/2022.
<b>Objeto:</b>			
Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.			
<b>Valor Total Estimado:</b>			
R\$ 155.084,89 (cento e cinquenta e cinco mil oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo de entre lances</b>
( ) sim (x) não	(x) Facultativa ( ) Não necessária	(x) Aberta ( ) Aberta/Fechada	
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva ME/EPP?</b> <b>Cota</b>	<b>Prioridade ME/EPP local ou regional?</b>	<b>Exige amostra/demonstração?</b>
( ) sim (x) não	( ) sim (x) não	( ) sim (x) não	( ) sim (x) não
<b>Telefone para contato:</b>		<b>e-mail para contato:</b>	
(69) 3309-6652		licitacoes@tjro.jus.br	
<b>Observações Gerais:</b>			
<p>a) Após a divulgação deste Edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, <b>CONJUNTAMENTE</b> com a sua <b>PROPOSTA</b> contendo: descrição do objeto ofertado e o preço, os documentos <b>HABILITATÓRIOS (HABILITAÇÃO)</b> exigidos no Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, <b>SOB PENA DE INABILITAÇÃO</b>;</p> <p>b) Os documentos complementares à proposta e à habilitação, <b>quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e JÁ APRESENTADOS</b> previamente à abertura da sessão, serão encaminhados pela licitante melhor classificada após o encerramento do envio de lances, observado o prazo constante neste Edital; e</p> <p>c) Caso solicitado o envio de documentos complementares, não será aceito envio de documento novo, que já não tenha sido anexado junto à proposta, conforme previsto no art. 26, caput, do Decreto Federal</p>			

n. 10.024/2019.

## 1. PREÂMBULO

1.1. O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO)**, doravante denominado **Tribunal**, **TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO GLOBAL**, tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, visando atender ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, sendo regida pelas Leis Ordinárias n. 8.666/93 e n. 10.520/02, pela Lei Complementar n. 123/06, pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, Decreto Estadual 26.182/2021, bem como pela Resolução do TJRO n. 006/2003-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n. 057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

## 1.2. DO OBJETO

1.2.1. **Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

## 1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA

SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: **09:30h do dia 25/11/2022** (horário de Brasília)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## 2. DA AUTORIZAÇÃO

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0013973-26.2022.8.22.8000.

## 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Para participar da presente licitação as interessadas deverão estar previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico, na forma do disposto no Item 5 deste Edital.

3.1.1. Somente poderão participar desta licitação as empresas cujo objetivo social seja pertinente ao objeto desta licitação e que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata.

3.2. Observadas as demais disposições constantes no art. 9º, §§ 1º ao 4º da Lei n. 8.666/93, não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado; e

c) servidor ou dirigente deste Tribunal.

3.3. Também não poderão participar desta licitação as pessoas físicas, mesmo em regime de consórcios, bem como as empresas:

- a) em regime de consórcio ou grupo de firmas;
- b) concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- c) suspensas ou impedidas do direito de licitar com a Administração Pública do Estado de Rondônia; e
- d) tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública.

#### 4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 155.084,89 (cento e cinquenta e cinco mil oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos)**.

#### 5. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO COMPRASNET

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados juntos aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

#### 6. DO PROCEDIMENTO DESTE PREGÃO ELETRÔNICO

##### 6.1. *Do envio da proposta de preços e documentos de habilitação pelo sistema eletrônico*

6.1.1. Após a divulgação deste Edital, a licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar **CONCOMITANTEMENTE à PROPOSTA os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sob pena de **DESCLASSIFICAÇÃO** ou **INABILITAÇÃO**.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições, fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários...) devem estar inclusas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta comercial será de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.

6.1.5. Caso a licitante entenda necessário para fins de elaboração de sua Proposta, poderá realizar Visita Técnica ao local de implantação do objeto deste Edital, a fim de conhecer as condições do local, bem como se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade da implantação dos serviços.

6.1.6. A licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Edital.

6.1.7. Optando pela Visita Técnica, a licitante, caso necessite de acompanhamento, deverá marcar previamente junto à administração de cada local com o Gestor e/ou Fiscais do Contrato, pelo(s) telefone(s) nos Anexos I-A e I-B do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

6.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.9. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.1.10. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do produto no aviso do COMPRASNET e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

## **6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta de preços**

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas de preços, passando o Pregoeiro a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que contenha preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, preços unitários simbólicos, preços irrisórios ou com valor zero e, ainda, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes. Também não serão consideradas as propostas que impuserem condições diferentes das dispostas neste Edital, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento ou que não atenderem aos requisitos mínimos discriminados neste Edital.

6.2.3.1. O ônus da prova da exequibilidade dos preços ofertados incumbe à autora da proposta, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento da habilitação e da proposta, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

### **6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance**

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.

6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de disputa.

6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o *site* [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), opção "Acesso seguro. Clique Aqui" > Login e Senha > Serviço aos Fornecedores > Pregão Eletrônico > Lances.

6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.

6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.

6.3.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecuível.

6.3.8. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, decorrido este prazo, será prorrogada automaticamente e sucessivamente sempre que houver lances enviados nos últimos 2 (dois) minutos do encerramento do prazo.

6.3.8.1. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.8.2. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.3.8 deste Edital, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances mediante justificativa.

6.3.9. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada **empate ficto**, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/06, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.

6.3.10. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.



6.3.11. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.12. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

**6.3.13. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da fase de disputa, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.**

6.3.14. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a fase de disputa da sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação às participantes através de mensagem inserida no sistema eletrônico.

6.3.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro de data diversa.

#### **6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte**

6.4.1. Nos termos do artigo 44 da Lei Complementar n. 123/06, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**6.4.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.**

6.4.3. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o Pregoeiro convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.

6.4.4. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do item/grupo.

#### **6.5. Da proposta de preços detalhada e da habilitação**

6.5.1. A **PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada no prazo de até 2 (duas) horas, contadas do momento da convocação pelo pregoeiro, em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

- Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, telefone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);
- Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital; e
- Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:

- Prova de regularidade quanto aos Tributos Federais;
- Prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- Prova de regularidade junto ao INSS;

- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos, perante a Justiça do Trabalho;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante;
- f) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- g) Certidão negativa de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- h) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, conforme Parecer de Orientação n. 001/20-DICONT/DFC/SOF/TJ/RO, comprovação índices relativos à boa situação financeira da empresa (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- i) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado que comprove(m) a capacidade e aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto deste Edital, ou seja, prestação de serviços de Seguro Total para Veículos Automotores; e
- j) Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

6.5.2.1. A habilitação exigida nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificada em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, pelo pregoeiro, emitindo a Declaração demonstrativa da situação da licitante.

**6.5.2.2. A habilitação exigida nas alíneas "g", "h", "i" e "j" do subitem 6.5.2 deste Edital deverá ser encaminhada pela licitante quando do cadastro da proposta no sistema, conforme subitem 6.1.1 deste Edital.**

6.5.2.3. A habilitação em questão, quando couber, poderá ser verificada em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.

6.5.2.4. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) solicitado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, para verificações por parte do Tribunal.

6.5.2.5. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93.

6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das Certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à **CONTRATAÇÃO** da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.



6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo pregoeiro.

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, pregoeiro ou membro da equipe de apoio, mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo pregoeiro ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e
- c) Se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a empresa estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal empresa será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **6.6. Do recurso**

6.6.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, assegurando-lhe no mínimo 20 (vinte) minutos.

6.6.2. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar suas razões, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

6.6.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

6.6.5. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o Pregoeiro o apreciará, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido, encaminhando-o, devidamente informado, à Secretaria Administrativa deste Tribunal, devendo a autoridade competente, após o recebimento dos autos, proferir a decisão dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis.

6.6.6. O recurso terá EFEITO SUSPENSIVO sobre o ato recorrido, observado o disposto no art. 109, § 2º da Lei n. 8.666/93.

6.6.7. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os Autos do Processo estejam com vista franqueada à interessada.

6.6.8. Julgado o recurso, a decisão será publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no site [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br), bem como afixada no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, e oficiada à(s) impetrante(s).

## **7. DO CONTRATO**

### **7.1. Da adjudicação e homologação**

7.1.1. O objeto desta licitação será adjudicado pelo Pregoeiro. Quando houver interposição de recurso será adjudicado pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal.

7.1.2. Adjudicado o objeto, o Ordenador de Despesas deste Tribunal decidirá quanto à homologação, revogação ou nulidade deste procedimento licitatório.

7.1.3. A autoridade competente somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

### **7.2. Da assinatura e da vigência do Contrato**

7.2.1. Conforme descrito no Item 10 do Termo de Referência **ANEXO IV** deste Edital.

### **7.3. Da alteração, do reajuste dos preços, da revisão, da inexecução e da rescisão do Contrato**

7.3.1. Conforme descrito no Item 11 do Termo de Referência **ANEXO IV** deste Edital.

## **8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO**

8.1. Sem prejuízo das penalidades contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou no Sistema de Cadastro de Fornecedores deste Tribunal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aquela que:

- a) convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o Contrato;
- b) deixar de entregar a documentação exigida neste Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do objeto;

- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) fizer declaração falsa; e
- i) cometer fraude fiscal.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 19 do Termo de Referência **ANEXO IV** deste Edital.

## 10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao Pregoeiro e por meio do e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, respeitado o horário de expediente do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, ou seja, até às 14h (horário de Rondônia) do último dia do prazo.

10.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de recebimento do questionamento.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estipulado.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará na rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo Pregoeiro, ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O Pregoeiro poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no site [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br), bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) ou [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O Pregoeiro e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br). O Pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016 - PR. Para tanto, os representantes das empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço:

[http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), **para assinatura do Contrato**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital.

11.18. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta de preços detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Valor de referência;
- c) ANEXO III - Minuta do Contrato; e
- d) ANEXO IV – Termo de Referência.

Porto Velho/RO, 04 de novembro de 2022.

**RINALDO FORTI DA SILVA**  
Juiz Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

## ANEXO I

### MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇOS DETALHADA APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

**PREGÃO ELETRÔNICO n. 107/2022.**

**Razão Social:**

**Número do CNPJ:**

**Endereço completo com CEP:**

**Fone/Fax/Celular:**

**Outros (correio eletrônico, caixa postal, etc.):**

**Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:**

**Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):**

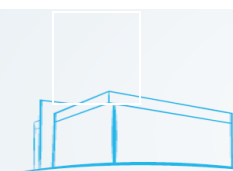
**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

Grupo	Item	Veículo	Quant.	Placa	Modelo	Ano	Ano	Valores Máximos Para as Franquias (R\$)	Valor Unitário do Prêmio (R\$)	Valor Total do Prêmio (R\$)
1	1	Linea Essence 1.8	1	NDO-7727	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	2	Linea Essence 1.8	1	NDO-7757	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	3	Linea Essence 1.8	1	NDT-2277	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	4	Linea Essence 1.8	1	NDT-2307	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	5	Linea Essence 1.8	1	NDT-2347	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	6	Linea Essence 1.8	1	NDT-2367	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	7	Linea Essence 1.8	1	NDT-2387	Fiat	2013	2014	2.000,00		
	8	Linea Essence 1.8	1	NDT-2397	Fiat	2013	2014	2.000,00		



9	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2407	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
10	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2417	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
11	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2427	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
12	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2437	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
13	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2457	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
14	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2467	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
15	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2477	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
16	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2487	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
17	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2497	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
18	Linea Essence 1.8	1	NDT- 2507	Fiat	201 3	201 4	2.000,00		
19	Caminhão Cargo 816e CD	1	OHL- 6495	Ford	201 6	201 7	8.000,00		
20	Hilux SW4 SRV D4-D 4x4 3.0 TDI Aut.	1	NDY- 2901	TY	200 8	200 9	5.000,00		
21	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	1	OHW- 9275	MB	201 6	201 7	7.500,00		
22	Hilux CD D4- D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS- 4071	TY	201 2	201 3	10.000,0 0		
23	Hilux CD D4- D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS- 4091	TY	201 2	201 3	10.000,0 0		
24	Hilux CD D4- D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS- 4111	TY	201 2	201 3	10.000,0 0		
25	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCF- 8432	TY	201 4	201 4	12.000,0 0		

26	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCN- 6364	TY	201 4	201 4	12.000,0 0		
27	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCT- 6536	TY	201 4	201 4	12.000,0 0		
28	Caminhão Cargo 1419 CD	1	OHL- 5095	Ford	201 6	201 7	12.000,0 0		
29	TRAILBLAZE R LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	1	NCX- 2021	Chevro let	201 6	201 7	12.000,0 0		
30	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	1	NCX- 2051	Chevro let	201 6	201 7	12.000,0 0		
31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H5 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6G8 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H6 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV2B4 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D02	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F02	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G5 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
38	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E12	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3H22	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3I12	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

40 ANOS

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G9 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G0 2	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F62	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D32	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E62	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D42	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D22	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D52	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D12	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A12	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
51	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A02	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
52	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A52	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
53	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A22	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
54	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL7D32	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
55	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A82	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
56	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A32	Toyota	202 0	202 1	12.000,0 0		
57	ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.	1	NDP- 7564	Toyota	201 7	201 8	2.930,00		

58	Hilux SW4 CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSW5A2 0	Toyota	202 1	202 1	12.000,0 0		
59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3H7 0	Toyota	202 1	202 1	12.000,0 0		
60	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3J40	Toyota	202 1	202 1	12.000,0 0		
61	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3J90	Toyota	202 1	202 1	12.000,0 0		
<b>Valor Total do Grupo (R\$)</b>									

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições, fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias consecutivos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.

#### **OBSERVAÇÃO:**

**1. Quando do cadastro da proposta no sistema, conforme subitem 6.1.1 deste Edital, a licitante deve:**

**a)** Encaminhar os documentos habilitatórios exigidos nas alíneas "g", "h", "i" e "j" do subitem 6.5.2 deste Edital.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal

**Documentação de identificação oficial e CPF**

**ANEXO II**  
**VALOR DE REFERÊNCIA**

Grupo	Item	Veículo	Valores Máximos Para as Franquias (R\$)	Valor Unitário do Prêmio (R\$)  * Valor a ser considerado para disputa no sistema
1	1	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	2	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	3	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	4	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	5	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	6	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	7	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	8	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	9	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	10	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	11	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	12	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	13	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	14	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	15	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	16	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	17	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	18	Linea Essence 1.8	2.000,00	1.012,50
	19	Caminhão Cargo 816e CD	8.000,00	3.726,62
	20	Hilux SW4 SRV D4-D 4x4 3.0 TDI Aut.	5.000,00	1.917,41
	21	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	7.500,00	2.519,45
	22	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	10.000,00	2.000,00
	23	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	10.000,00	2.000,00
	24	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	10.000,00	2.000,00
	25	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	12.000,00	2.350,70
	26	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	12.000,00	2.350,70
	27	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	12.000,00	2.350,70
	28	Caminhão Cargo 1419 CD	12.000,00	4.689,36



29	TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	12.000,00	4.125,69
30	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	12.000,00	2.593,61
31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
38	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
51	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
52	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
53	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
54	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
55	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
56	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	12.000,00	3.228,40
57	ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.	2.930,00	1.271,93
58	Hilux SW4 CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	12.000,00	4.756,33
59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	12.000,00	4.756,33
60	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	12.000,00	4.756,33
61	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	12.000,00	4.756,33
<b>Valor Total do Grupo (R\$)</b>			<b>155.084,89</b>

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Cássio Alessandro Ximenes Comparin  
 Técnico Judiciário  
 Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA

Documento assinado eletronicamente por **CASSIO ALESSANDRO XIMENES COMPARIN**, Técnico(a) Judiciário(a), em 04/11/2022, às 12:34 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **3006645** e o código CRC **183E80D6**.

ANEXO III  
MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E**

\_\_\_\_\_.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Juiz Secretário Geral **RINALDO FORTI SILVA**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com as Leis Ordinárias n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002, com a Lei Complementar n. 123/2006, com o Decreto Federal n. 10.024/2019, com Decreto Estadual n. 26.182/2021, bem como com a Resolução do **CONTRATANTE** n. 006/2003-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n. 057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **107/2022**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente **EDITAL**, autorizado pelo **Processo Administrativo n. [0013973-26.2022.8.22.8000](#)**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

## DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1. Prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do CONTRATANTE, conforme as disposições do Edital e seus Anexos.

1.2. Integram este Contrato o EDITAL e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, a Apólice do Seguro e a Nota de Empenho n. \_\_\_\_\_, constantes no referido Processo Administrativo.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, no Regime de Empreitada por Preço Global, nos termos dos art. 6º, VIII, "a", da Lei n. 8.666/1993.

## DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Este Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, garantindo-se todas as coberturas previstas neste Contrato, contados a partir do dia **01/12/2022 a 30/11/2023**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, com a vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.

## DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUARTA

4.1. O valor total deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2. A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA QUINTA

5.1. A despesa decorrente deste Contrato correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, Funcional Programática: 02.061.2073.2449 - Manter as Atividades Administrativas do PJRO, conforme destacado na Tabela a seguir:

Programa	Ação Orçamentária	Elemento de Despesa	Subitem
Gestão, Manutenção e Serviços do Poder Judiciário	Manter as Atividades Administrativas do PJRO	33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	69 - Seguros em Geral

## DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SEXTA

6.1. A CONTRATADA deverá emitir a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**6.1.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da fatura/nota fiscal, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de dezembro de 2014.

## DO PAGAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA

**7.1.** O pagamento será efetuado **em 30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal ou recibo/boleto, conforme Cláusula Sexta deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado e a documentação da CONTRATADA esteja regularizada. Se a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

**7.2.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua Proposta de Preços Detalhada.

**7.3.** Se a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto for apresentado(a) em desacordo ao contratado ou com irregularidades, a contagem do prazo para pagamento, mencionado no subitem 7.1 deste Contrato, será reiniciada a partir da data em que a CONTRATADA providenciar as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**7.4.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto estiver pendente de liquidação quaisquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

**7.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATADO, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/nota fiscal ou recibo/boleto, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de fatura/nota fiscal ou recibo/boleto própria, onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

$i$  = taxa percentual anual no valor de 6%

## DA EXECUÇÃO DO OBJETO - CLÁUSULA OITAVA

### 8.1. Das localidades dos Fóruns e Prédios do CONTRATANTE

**8.1.1.** As localidades dos Fóruns e Prédios do CONTRATANTE são aquelas constantes na relação de unidades do Anexo I-A e I-B do Termo de Referência n. 12/2022. Entretanto, poderá ocorrer alteração de endereço na mesma cidade nas unidades do CONTRATANTE.

**8.1.2.** Os locais em que por questões de necessidade imperiosa por deslocamentos, estando os veículos em prédios externos, sendo-os; hotéis, órgãos públicos em serviço ou disponível com o veículo oficial do CONTRATANTE estando estacionados e guardados em estacionamento para pernoite, sindicatos, entidades que o CONTRATANTE presta assistências de apoio, e entre outros.



## 8.2. Do Valor de Mercado Referenciado

**8.2.1.** Em caso de indenização integral, o valor mínimo a ser pago deverá ser tomado como base, em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site <www.fipe.org.br>.

**8.2.2.** Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site <www.molicar.com.br>, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

**8.2.3.** Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo CONTRATANTE, independentemente da quilometragem rodada no período.

**8.2.3.1.** Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

## 8.3. Da Apólice

**8.3.1.** Deverá ser emitida “apólice aberta”, de acordo com a legislação específica, sem custos extras para o CONTRATANTE, conforme relação dos veículos constantes na tabela do Anexo II do Termo de Referência n. 12/2022, após autorização, devendo constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Mínimo de 100%;
- d) Prêmios discriminados por cobertura; e
- e) Classe de Bônus, quando houver.

**8.3.1.1.** Limites de indenização por cobertura, conforme valores:

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

II - Valor para indenização de danos corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

b) Acidente por Passageiro (APP):

I - Valor para indenização, morte, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

II - Valor para indenização, invalidez, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

c) Despesas Médicas Hospitalares (DHM): R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

**8.3.1.2.** Valor da franquia:

- a) Para o casco; e
- b) Para os vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

**8.3.2.** A apólice terá **vigência a partir das 24:00h do dia 30/11/2022 e término às 24:00h do dia 30/11/2023**, respectivamente, indicadas para tal fim, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 251, de 15 de abril de 2004.

**8.3.2.1.** A entrega da apólice deverá ser disponibilizada para o CONTRATANTE, em meio eletrônico com assinatura válida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes.

**8.3.3.** Após a disponibilização da referida apólice, o CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

**8.3.4.** Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso pelo Gestor deste Contrato.

**8.3.5.** O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

**8.3.6.** Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviços à disposição.

**8.3.7.** Juntamente com a apólice, a CONTRATADA deverá preencher e encaminhar planilha específica, disponibilizada pelo CONTRATANTE, contendo informações relativas aos valores do seguro.

#### **8.4. Das Avarias**

**8.4.1.** Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

**8.4.2.** Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

**8.4.3.** Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

**8.4.4.** Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista neste Contrato, será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto do seguro.

#### **8.5. Do Aviso de Sinistro**

**8.5.1.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição do CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**8.5.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**8.5.3.** Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**8.5.4.** Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas, após o aviso do sinistro. Independentemente do local e cidade onde estiver o veículo, em caso de zona rural, será considerado o tempo hábil para o deslocamento.

#### **8.6. Do Endosso**

**8.6.1.** Quaisquer alterações, tais como, renovação/adiamento da apólice do seguro, inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, adição ou troca de partes do veículo poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela CONTRATADA (seguradora), mediante endosso, aplicando-se as regras constantes neste Contrato.

**8.6.2.** Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Contrato que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

**8.6.3** A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar de pedido expresso pelo Gestor deste Contrato.

## **8.7. Da Franquia**

**8.7.1.** A franquia obrigatória dos veículos definida na apólice será a reduzida.

**8.7.2.** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio).

**8.7.3.** Os valores das franquias deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo, conforme o Anexo II do Termo de Referência n. 12/2022.

**8.7.4.** Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativas.

**8.7.4.1.** A franquia de que trata o subitem 8.7.4 deste Contrato será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

**8.7.5.** Havendo sinistro de perda parcial com a necessidade de substituição ou reparo em vidros laterais, dianteiros, traseiros, de teto, faróis, lanternas ou retrovisores, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços, mas somente a franquia de perda parcial (casco).

**8.7.6.** Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo CONTRATANTE, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

**8.7.6.1.** Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), à Seguridade Social (INSS), ao FGTS regular, bem como sua Certidão Trabalhista, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**8.7.6.2.** A liberação do veículo na concessionária/oficina deverá ser no máximo até 72 (setenta e duas) horas após o pagamento da franquia.

**8.7.7.** Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza.

## **8.8. Dos Salvados**

**8.8.1.** Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

**8.8.2.** É de inteira responsabilidade da seguradora, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do CONTRATANTE junto aos órgãos pertinentes (DETRAN...).

## **8.9. Dos Sinistros**

**8.9.1.** Os riscos cobertos serão o Seguro Total com Cobertura Compreensiva, cujo seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo CONTRATANTE e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a)** Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b)** Colisão com veículos, pessoas, animais, objetos, abalroamento e capotamento;
- c)** Raios e suas consequências;

- d)** Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e)** Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo, inclusive dano causado pela carga transportada;
- f)** Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g)** Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h)** Em casos de que trata a alínea anterior, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;
- i)** Granizo, ressaca, vendaval, terremoto;
- j)** Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- k)** Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo;
- l)** Troca ou reparo em vidros (frontal, lateral ou traseiro) faróis ou lanternas (principal, auxiliar, de milha, de neblina), retrovisores (lente, espelho ou carcaça), seja quebras ou trincas, total ou parcial, obedecendo aos termos previstos neste Contrato;
- m)** Danos a terceiros ou passageiros, seja material ou pessoal: Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente por Passageiro - APP, Despesas Médicas Hospitalares - DMH e Despesas Médicas Veterinárias - DMV;
- n)** Carroceria de caminhões, plataformas, baú para motos, capotas, e demais acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- o)** Blindagem total dos veículos blindados; e
- p)** Atos praticados por terceiros, exceto os não indenizáveis pela seguradora.

**8.9.1.1.** Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a)** Chaveiro;
- b)** Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até o local indicado pelo CONTRATANTE, sem limite de quilometragem;
- c)** Transporte das pessoas por imobilização do veículo segurado; e
- d)** Transporte das pessoas por roubo ou furto do veículo segurado.

#### **8.10. Da Vistoria Prévia**

**8.10.1.** As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem assegurados poderão comparecer ao CONTRATANTE, no horário das 8hs às 13hs. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (69) 3309-6243, na Seção de Gestão de Frota - SEGEF.

**8.10.2.** O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria, ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinente a esse objeto, inclusive quanto à cobertura dos equipamentos instalados nos veículos.

**8.10.3.** A empresa deverá apresentar a Declaração de Vistoria realizada ou não realizada.

#### **8.11. Da Regulação de Sinistro**

**8.11.1.** Ocorrendo o aviso de sinistro, a CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**8.11.2.** Ocorrendo sinistro com características de “perda total”, o CONTRATANTE poderá realizar o aviso de sinistro para análise do veículo e repasse da informação ao CONTRATANTE. Caso seja confirmada a “perda total” do veículo, a CONTRATADA deverá realizar os procedimentos para indenização integral. Caso não se caracterize a “perda total” do veículo, a CONTRATADA deverá aguardar comunicação do CONTRATANTE para continuação dos procedimentos do sinistro, visando o reparo no veículo.

**8.11.3.** Decorrido o prazo estabelecido, caso não haja pronunciamento por parte da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a CONTRATADA arcar com o ônus da execução integralmente.

**8.11.4.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do CONTRATANTE, conforme legislação vigente.

**8.11.5.** Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

**8.11.6.** Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do CONTRATANTE, não cabendo, pela CONTRATADA, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

**8.11.7.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro. Em caso de indenização integral ou roubo, o prazo máximo para o pagamento da indenização será de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da entrega dos documentos solicitados.

## **8.12. Da Indenização**

**8.12.1.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.

**8.12.2.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da CONTRATADA.

**8.12.3.** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo CONTRATANTE e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

## **8.13. Da Indenização Integral**

**8.13.1.** Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

**8.13.2.** Em caso de indenização integral, a CONTRATADA não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

**8.13.3.** Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

## **8.14. Do Questionário de Avaliação de Risco**



**8.14.1.** Os veículos são conduzidos por servidores ou magistrados previamente cadastrados e autorizados a dirigirem os veículos oficiais do CONTRATANTE, habilitados na categoria A, B, C, D e E.

**8.14.2.** Os veículos, quando não estão em serviço, são recolhidos nos estacionamentos dos prédios do CONTRATANTE, ou em lugar apropriado.

**8.14.3.** Não há previsão de quilômetros por ano a ser percorridos pelos veículos da frota do CONTRATANTE, durante o período da vigência do seguro, devido à diversidade de veículos e os seus usos.

**8.14.4.** Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto deste Contrato.

#### **8.15. Da Inclusão, Exclusão e Substituição**

**8.15.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência deste Contrato, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser acrescentado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação.

**8.15.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

**8.15.3.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência deste Contrato, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá efetuar o cálculo pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE, mediante a fórmula:  $X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

**X** = Valor anual do prêmio por veículo;

**12** = Número de meses;

**Y** = Valor mensal do prêmio por veículo;

**Z** = Número de meses restantes para o término deste Contrato;

**VT** = Valor total a ser devolvido ao CONTRATANTE.

**8.15.3.1.** O valor de Z, número de meses restantes para o término deste Contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Gestor deste Contrato.

**8.15.3.2.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias corridos.

**8.15.4.** A devolução deverá ser realizada em conta bancária a ser informado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA enviar comprovante assinado para o Gestor deste Contrato.

#### **8.16. Das Obrigações e Responsabilidade nos Serviços**

**8.16.1.** A CONTRATADA, tendo em vista a correta execução do Objeto deste Contrato, visando à qualidade dos serviços e das demais obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, obrigar-se-á:

**a)** Efetuar os pagamentos nos prazos por ela acordados com as concessionárias/oficinas;

**b)** Implantar, de forma adequada, a supervisão dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;

**c)** Comunicar ao CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas;

- d)** Atender prontamente às solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados;
- e)** Indicar um telefone que possa ser acionado 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, para atendimento aos sinistros;
- f)** Instalar escritório de representação na cidade de Porto Velho/RO, caso a CONTRATADA não possua matriz, filial ou escritório na mesma, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado a partir da última assinatura deste Contrato pelas partes;
- g)** Indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo a este Contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações do CONTRATANTE bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, nos casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação, de penalidades, de rescisão, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a CONTRATADA responder ou tomar providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução deste Contrato;
- h)** Informar quais as oficinas, concessionárias ou prestadoras de serviços estão aptas a atender as solicitações de acionamento da cobertura do seguro;
- i)** Providenciar a imediata correção de erros cometidos apontadas pelo CONTRATANTE, que possam comprometer a execução deste Contrato;
- j)** Abster-se de divulgar publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação destes serviços, sem prévia autorização do CONTRATANTE; e
- k)** Prestar esclarecimentos ao CONTRATANTE sobre eventuais fatos noticiados que o envolva.

#### **8.17. Do Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços**

**8.17.1.** O Gestor e os Fiscais deste Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços do objeto deste Contrato.

**8.17.2.** O CONTRATANTE reserva-lhe o direito de exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, verificando se há falhas a serem detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, bem como solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com os termos e exigências previstas neste Contrato.

**8.17.3.** Os serviços (seja reparos, acionamento de guinchos, trocas de vidro...) deverão ser executados por meio de mão de obra qualificada e treinada, refazendo-se imediatamente o serviço considerado desconforme pelo CONTRATANTE, ou combinar nova data e/ou horário, conforme as necessidades do CONTRATANTE.

**8.17.4.** Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Contrato, direta ou indiretamente, podendo para isso, fotografar ou filmar, todo ou em parte, a execução dos serviços, nas dependências das concessionárias / oficinas, além de solicitar vistoria dos órgãos fiscalizadores.

**8.17.5.** Em caso de falhas ou interrupções da prestação dos serviços, independente do que houver lhe dado causa, é conveniente para o CONTRATANTE se reservar o direito de utilizar qualquer outra empresa que ofereça o mesmo serviço na mesma região, de modo a não comprometer as atividades do CONTRATANTE.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Cumprir todas as disposições constantes do objeto deste Contrato, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações do CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

**9.2.** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 70 da Lei 8.666/1993.

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

**9.4.** Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solicitadas) e qualificação exigidas, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993.

**9.5.** Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto deste Contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

**9.6.** Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução dos serviços do objeto deste Contrato bem como em executar em plena conformidade, a descrição pormenorizada apresentada abaixo, obrigando-se a CONTRATADA, ainda, a:

**a)** zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do CONTRATANTE, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução deste Contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

**b)** comunicar ao CONTRATANTE qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;

**c)** garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços;

**d)** arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo CONTRATANTE. Eventuais valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos; e

**e)** manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste Contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

**9.7.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que lhe couber.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

**10.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

**10.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DESTE CONTRATO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

**11.1.** Conforme art. 67 da Lei n. 8.666/1993 e Instrução n. 007/2017-PR do CONTRATANTE (DJE n. 095, de 26 de maio de 2017), este Contrato terá como Gestor e Fiscais, os seguintes servidores:

**a)** Gestor deste Contrato: Amadeu Leite de Araújo Júnior, e-mail: amadeujunior@tjro.jus.br;

**b)** Fiscal Administrativo: Luiz Rocha de Oliveira Vieira, e-mail: luizrocha@tjro.jus.br; e

**c)** Fiscal Operacional deste Contrato no Interior: o(a) Assistente de Direção do Fórum.

**11.2.** O Gestor deste Contrato poderá ser localizado no edifício sede do CONTRATANTE, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330, fone (69) 3309-6243.

**11.3.** O Gestor e os Fiscais deste Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços do objeto deste Contrato.

## **DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

**12.1.** Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e/ou do Sistema de Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, se a CONTRATADA:

**a)** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

**b)** não mantiver a proposta;

**c)** falhar ou fraudar na execução deste Contrato;

**d)** comportar-se de modo inidôneo; e

**e)** cometer fraude fiscal.

**12.2.** O atraso injustificado para a entrega das apólices e/ou início do seguro, conforme subitem 8.3 deste Contrato, incluindo os possíveis aditamentos a este Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total deste Contrato, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, poderá cumprir-se o disposto no subitem 12.6 deste Contrato.

**12.3.** A CONTRATADA, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para a execução do objeto deste Contrato, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V, da Lei n. 8.666/1993, deverá, até o vencimento **do(s) respectivo(s) prazo(s)**, apresentar justificativa por escrito, em meio físico ou digital (segef@tjro.jus.br) ao Gestor deste Contrato, **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.



**12.4.** Vencido(s) o(s) prazo(s) estipulado(s), o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA, comunicando-lhe a(s) data(s) limite(s) para a execução. A partir da(s) data(s) limite(s) considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 12.6 deste Contrato.

**12.5.** A execução do objeto deste Contrato até a(s) data(s) limite(s) de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA da respectiva multa prevista no subitem 12.2 deste Contrato.

**12.6.** Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**12.7.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**12.8.** As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**12.9.** A CONTRATADA inadimplente quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**12.10.** A aplicação de multas e/ou a rescisão deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei n. 8.666/1993 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade) e serão precedidas de processo administrativo, mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

### **DA GARANTIA - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

**13.1.** A CONTRATADA deverá, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, prestar em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU**, garantia de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993:

**a)** caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**b)** seguro-garantia; e

**c)** fiança bancária.

**13.1.1.** Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira na conta informada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

**13.1.2.** Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia, a apólice respectiva deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP.

**13.1.3.** Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

**13.1.4.** A garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ser prestada com vigência de 90 (noventa) dias após a execução deste Contrato.

**13.2.** Se, por qualquer razão, for necessária a alteração deste Contrato, a CONTRATADA ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento de notificação expedida pelo CONTRATANTE.

**13.3.** Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, para que a substitua **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da notificação.

**13.4.** Se a CONTRATADA desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na **multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor total deste Contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao CONTRATANTE, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o CONTRATANTE indicará novo prazo à CONTRATADA, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

**13.5.** A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao CONTRATANTE e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes deste Contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

**13.6.** Uma vez aplicada multa à CONTRATADA, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o CONTRATANTE poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

**13.7.** No caso de rescisão deste Contrato determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no art. 78, I a XII e XVII, da Lei n. 8.666/1993 (incisos XII e XVII havendo culpa da CONTRATADA), a garantia será executada para ressarcimento do CONTRATANTE, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 80, III, da referida Lei.

**13.8.** Quando a rescisão ocorrer pelos motivos relacionados no art. 78, XII e XVII da Lei n. 8.666/1993, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução deste Contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 79, § 2º, da referida Lei).

**13.9.** A garantia prestada pela CONTRATADA ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída de ofício após a execução deste Contrato, conforme disposto no art. 56, § 4º c/c art. 40, § 3º, da Lei n. 8.666/1993.

**13.10.** Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorrente da execução deste Contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária a restituição far-se-á de ofício após a execução deste Contrato.

#### **DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**14.1.** Tendo em vista que o CONTRATANTE possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, a CONTRATADA deverá observar a seguinte legislação, no que couber:

- a)** Lei Federal n. 6.938, de 31/08/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);
- b)** Resolução CONAMA n. 275, de 25/04/2001 (Cores para Coleta Seletiva);
- c)** Decreto n. 5.940, de 25/10/2006 (Separação dos Resíduos Sólidos Recicláveis);



- d)** Recomendação do CNJ n. 011, de 22/05/2007 (Adoção de Políticas Públicas);
- e)** Instrução Normativa n. 01 STIL/MPOG, de 19/01/2010 (Sustentabilidade Ambiental);
- f)** Decreto n. 7.746, de 05/06/2012 (Desenvolvimento Sustentável nas Contratações); e
- g)** Outras que entrarem em vigor.

**14.1.1.** A CONTRATADA deverá orientar sua rede de oficinas credenciadas para que oriente seus empregados, através de cartilhas, visando à adoção de boas práticas ambientais, tais como:

- a)** Reduzir: orientar quanto o uso racional do consumo de energia elétrica e de consumo de água e ainda racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes pela substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, observadas as normas ambientais vigentes;
- b)** Reutilizar: orientar quanto às boas práticas de otimização de recursos, evitando a redução de desperdícios bem como a redução de produção de resíduos sólidos, orientando ainda a utilização de reaproveitamento de materiais; e
- c)** Reciclar: orientar quanto à forma efetiva no desenvolvimento das atividades de separação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

#### **DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**15.1.** Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

#### **DA RESCISÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**

**16.1.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V, da Lei n. 8.666/1993, a rescisão deste Contrato:

- a)** poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII, da Lei n. 8.666/1993, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I, da referida Lei;
- b)** será declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se, durante a vigência deste Contrato, a CONTRATADA contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE; e
- c)** poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

**16.2.** Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

#### **DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**17.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

**17.2.** Nos termos do art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/1993, poderá haver revisão deste Contrato para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual

#### **DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

**18.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

#### **DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

**19.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 8.666/1993.

#### **DO FORO - CLÁUSULA VIGÉSIMA**

**20.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Rinaldo Forti Silva**

Juiz Secretário Geral

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO FERNANDES DE SOUZA, Assessor (a) Jurídico (a)**, em 04/11/2022, às 12:39 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **3010056** e o código CRC **2BCBF9E1**.

## ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12 / 2022 - SEGEF/DGB/DEAGESP/SA/PRESI/TJRO 455.PAC.2022

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação é motivada pela necessidade de garantir a cobertura de despesa frentes a eventuais danos que possam atingir os veículos deste Tribunal, principalmente por se tratar de veículos que circulam diariamente em deslocamentos urbanos e intermunicipais, estando assim em plena atividade.

2.2. A utilização de veículos automotores é de destacada importância no apoio operacional à atividade jurisdicional, seja no atendimento aos magistrados e servidores, no transporte de processos e materiais, tal como, nas atividades administrativas em geral. Nesse sentido é imperioso que se mantenha a proteção securitária quanto a danos próprios ou a terceiros e eventual responsabilização civil.

2.3. Sendo assim, demonstra-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Seguro Total para os Veículos Automotores da Frota do Tribunal.

2.4. As demais informações relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 242 ([2962408](#)), acostado aos autos do Processo SEI n. [0013973-26.2022.8.22.8000](#).

#### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. O certame licitatório será regido pelas Leis Ordinárias n. 8.666/93 e n. 10.520/02, pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, pelo Decreto Estadual n. 26.182/2021, bem como pela Resolução do Tribunal n. 006/2003-PR, publicada no Diário da Justiça/RO n. 057 de 26/03/2003, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

3.2. As Microempresas e Empresa de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

#### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

4.1. O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o regime de Empreitada por Global, nos termos do art. 6º, VIII, “a”, da Lei n. 8.666/93.

#### **5. DOS PREÇOS**

5.1. Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

5.2. Havendo dissensão entre o valor expresso em algarismo e o exposto por extenso, prevalecerá este último.

5.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições, fretes, seguros, taxas, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários...), devem estar inclusas na proposta apresentada. Quanto aos abatimentos porventura concedidos, deverão ser deduzidos, devendo os mesmos ser os praticados na data da abertura da proposta apresentada.

5.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis para atender o Objeto deste Termo de Referência, salvo as alterações permitidas e discriminadas neste Termo de Referência.

5.5. O critério de aceitabilidade dos preços (unitário e global) será o da compatibilidade com os preços de mercado.

5.6. Poderão ser desclassificadas as propostas cujos preços unitários sejam superiores aos praticados no mercado.

5.7. O valor orçado para o presente Termo de Referência constará do Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.

#### **6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **6.1. Das Localidades dos Fóruns e Prédios do Tribunal**

6.1.1. As localidades dos Fóruns e Prédios do Tribunal são aquelas constantes na relação de unidades do Anexo I-A e I-B deste Termo de Referência. Entretanto, poderá ocorrer alteração de endereço na mesma cidade nas unidades do Tribunal.

6.1.2. Os locais em que por questões de necessidade imperiosa por deslocamentos, estando os veículos em prédios externos, sendo-os; hotéis, órgãos públicos em serviço ou disponível com o veículo oficial do Tribunal estando estacionados e guardados em estacionamento para pernoite, sindicatos, entidades que este Tribunal presta assistências de apoio, e entre outros.

##### **6.2. Do Valor de Mercado Referenciado**

6.2.1. Em caso de indenização integral, o valor mínimo a ser pago deverá ser tomado como base, em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site <[www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br)>.

6.2.2. Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site <[www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br)>, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

6.2.3. Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo Tribunal, independentemente da quilometragem rodada no período.

6.2.3.1. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

### 6.3. Da Apólice

6.3.1. Deverá ser emitida “apólice aberta”, de acordo com a legislação específica, sem custos extras para o Tribunal, conforme relação dos veículos constantes na tabela do Anexo II deste Termo de Referência, após autorização, devendo constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Mínimo de 100%;
- d) Prêmios discriminados por cobertura; e
- e) Classe de Bônus, quando houver.

6.3.1.1. Limites de indenização por cobertura, conforme valores:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I - Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

II - Valor para indenização de danos corporais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

- b) Acidente por Passageiro (APP):

I - Valor para indenização, morte, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); e

II - Valor para indenização, invalidez, por pessoa: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

- c) Despesas Médicas Hospitalares (DHM): R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

6.3.1.2. Valor da franquia:

- a) Para o casco; e
- b) Para os vidros, faróis, lanternas e retrovisores.

6.3.2. A apólice terá **vigência a partir das 24:00h do dia 30/11/2022 e término às 24:00h do dia 30/11/2023**, respectivamente, indicadas para tal fim, conforme art. 5º da Circular SUSEP n. 251, de 15 de abril de 2004.

6.3.2.1. A entrega da apólice deverá ser disponibilizada para o Tribunal, em meio eletrônico com assinatura válida, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes.

6.3.3. Após a disponibilização da referida apólice, o Tribunal terá o prazo de até 15 (quinze) dias corridos para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.

6.3.4. Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de até 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento do pedido expresso pelo Gestor(a) do Contrato.

6.3.5. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste Termo de Referência, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

6.3.6. Juntamente com a apólice, a seguradora deverá fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviços à disposição.



6.3.7. Juntamente com a apólice, a Contratada deverá preencher e encaminhar planilha específica, disponibilizada pelo Tribunal, contendo informações relativas aos valores do seguro.

#### **6.4. Das Avarias**

6.4.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

6.4.2. Após procedimento de recuperação pelo Tribunal durante a vigência do seguro, esta deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.

6.4.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

6.4.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista neste Termo de Referência, será desconsiderada quaisquer cláusulas de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

#### **6.5. Do Aviso de Sinistro**

6.5.1. A Contratada deverá colocar à disposição do Tribunal, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

6.5.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

6.5.3. Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

6.5.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas, após o aviso do sinistro. Independentemente do local e cidade onde estiver o veículo, em caso de zona rural, será considerado o tempo hábil para o deslocamento.

#### **6.6. Do Endosso**

6.6.1. Quaisquer alterações, tais como, renovação/adiamento da apólice do seguro, inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice, adição ou troca de partes do veículo poderão ser solicitadas pelo Tribunal e processadas pela Contratada (seguradora), mediante endosso, aplicando-se as regras constantes nesse Termo de Referência.

6.6.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto deste Termo de Referência que apresentarem durante o período da vigência do mesmo.

6.6.3 A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar de pedido expresso pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

#### **6.7. Da Franquia**

6.7.1. A franquia obrigatória dos veículos definida na apólice será a reduzida.

6.7.2. A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas que serão avaliadas, exclusivamente, em função dos preços propostos (prêmio).

6.7.3. Os valores das franquias deverão constar, obrigatoriamente, nas propostas e nas apólices, não devendo exceder o limite máximo, conforme o Anexo II deste Termo de Referência.

6.7.4. Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas, retrovisores, faróis e lanternas não serão cumulativas.



6.7.4.1. A franquia de que trata o subitem 6.7.4 deste Termo de Referência será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

6.7.5. Havendo sinistro de perda parcial com a necessidade de substituição ou reparo em vidros laterais, dianteiros, traseiros, de teto, faróis, lanternas ou retrovisores, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços, mas somente a franquia de perda parcial (casco).

6.7.6. Em caso de sinistro de perda parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Tribunal, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo.

6.7.6.1. Caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco (Federal, Estadual e Municipal), à Seguridade Social (INSS), ao FGTS regular, bem como sua Certidão Trabalhista, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

6.7.6.2. A liberação do veículo na concessionária/oficina deverá ser no máximo até 72 (setenta e duas) horas após o pagamento da franquia.

6.7.7. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza.

## **6.8. Dos Salvados**

6.8.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

6.8.2. É de inteira responsabilidade da seguradora, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome do Tribunal junto aos órgãos pertinentes (DETRAN).

## **6.9. Dos Sinistros**

6.9.1. Os riscos cobertos serão o Seguro Total com Cobertura Compreensiva, cujo seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo Tribunal e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros;
- b) Colisão com veículos, pessoas, animais, objetos, abalroamento e capotamento;
- c) Raios e suas consequências;
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo, inclusive dano causado pela carga transportada;
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- h) Em casos de que trata a alínea anterior, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado;

- i) Granizo, ressaca, vendaval, terremoto;
- j) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- k) Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo;
- l) Troca ou reparo em vidros (frontal, lateral ou traseiro) faróis ou lanternas (principal, auxiliar, de milha, de neblina), retrovisores (lente, espelho ou carcaça), seja quebras ou trincas, total ou parcial, obedecendo aos termos previstos neste Termo de Referência;
- m) Danos a terceiros ou passageiros, seja material ou pessoal: Responsabilidade Civil Facultativa - RCF, Acidente por Passageiro - APP, Despesas Médicas Hospitalares - DMH e Despesas Médicas Veterinárias - DMV;
- n) Carroceria de caminhões, plataformas, baú para motos, capotas, e demais acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- o) Blindagem total dos veículos blindados; e
- p) Atos praticados por terceiros, exceto os não indenizáveis pela seguradora.

6.9.1.1. Cobertura adicional de assistência 24 (vinte e quatro) horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a) Chaveiro;
- b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até o local indicado pelo Tribunal, sem limite de quilometragem;
- c) Transporte das pessoas por imobilização do veículo segurado; e
- d) Transporte das pessoas por roubo ou furto do veículo segurado.

#### **6.10. Da Vistoria Prévia**

6.10.1. As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem assegurados poderão comparecer ao Tribunal, no horário das 8hs às 13hs. A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio do telefone (69) 3309-6243, na Seção de Gestão de Frota - SEGEF.

6.10.2. O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria, ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinente a esse objeto, inclusive quanto à cobertura dos equipamentos instalados nos veículos.

6.10.3. A empresa deverá apresentar a Declaração de Vistoria realizada ou não realizada.

#### **6.11. Da Regulação de Sinistro**

6.11.1. Ocorrendo o aviso de sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

6.11.2. Ocorrendo sinistro com características de “perda total”, o Tribunal poderá realizar o aviso de sinistro para análise do veículo e repasse da informação ao Tribunal. Caso seja confirmada a “perda total” do veículo, a Contratada deverá realizar os procedimentos para indenização integral. Caso não se caracteriza a “perda total” do veículo, a Contratada deverá aguardar comunicação do Tribunal para continuação dos procedimentos do sinistro, visando o reparo no veículo.

6.11.3. Decorrido o prazo estabelecido, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, o Tribunal poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar com o ônus da execução integralmente.

6.11.4. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Tribunal, conforme legislação vigente.

6.11.5. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional.

6.11.6. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do Tribunal, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

6.11.7. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro. Em caso de indenização integral ou roubo, o prazo máximo para o pagamento da indenização será de até 30 (trinta) dias corridos, a partir da entrega dos documentos solicitados.

#### **6.12. Da Indenização**

6.12.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da Contratada.

6.12.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada.

6.12.3. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Tribunal e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

#### **6.13. Da Indenização Integral**

6.13.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

6.13.2. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

6.13.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do mesmo e da sociedade seguradora.

#### **6.14. Do Questionário de Avaliação de Risco**

6.14.1. Os veículos são conduzidos por servidores ou magistrados previamente cadastrados e autorizados a dirigirem os veículos oficiais do Tribunal, habilitados na categoria A, B, C, D e E.

6.14.2. Os veículos, quando não estão em serviço, são recolhidos nos estacionamento dos prédios do Tribunal, ou em lugar apropriado.

6.14.3. Não há previsão de quilômetros por ano a ser percorridos pelos veículos da frota do Tribunal, durante o período da vigência do seguro, devido à diversidade de veículos e os seus usos.

6.14.4. Devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

#### **6.15. Da Inclusão, Exclusão e Substituição**

6.15.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência do contrato, a seguradora deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o

valor do prêmio total referente a cada veículo a ser acrescentado, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou a contratação.

6.15.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

6.15.3. Havendo a necessidade, durante o período de vigência do contrato, de exclusão de veículo(s), a Contratada deverá efetuar o cálculo pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido ao Tribunal, mediante a fórmula,  $X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

**X** = Valor anual do prêmio por veículo;

**12** = Número de meses;

**Y** = Valor mensal do prêmio por veículo;

**Z** = Número de meses restantes para o término do contrato;

**VT** = Valor total a ser devolvido ao Tribunal.

6.15.3.1. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo(a) Gestor(a) do Contrato.

6.15.3.2. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 (quinze) dias corridos.

6.15.4. A devolução deverá ser realizada em conta bancária a ser informado pelo Tribunal, devendo a Contratada enviar comprovante assinado para o(a) Gestor(a) do Contrato.

#### **6.16. Das Obrigações e Responsabilidade nos Serviços**

6.16.1. A Contratada, tendo em vista a correta execução do Objeto deste Termo de Referência, visando à qualidade dos serviços e das demais obrigações contratuais, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento, obrigar-se-á:

- a) Efetuar os pagamentos nos prazos por ela acordados com as concessionárias/oficinas;
- b) Implantar, de forma adequada, a supervisão dos serviços, de modo a obter uma operação correta e eficaz;
- c) Comunicar ao Tribunal, por escrito, qualquer anormalidade nos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados e atender as reclamações formuladas;
- d) Atender prontamente às solicitações que se fizerem necessárias referentes aos serviços contratados;
- e) Indicar um telefone que possa ser acionado 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, para atendimento aos sinistros;
- f) Instalar escritório de representação na cidade de Porto Velho/RO, caso a Contratada não possua matriz, filial ou escritório na mesma, a ser comprovado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contado a partir da última assinatura do Contrato pelas partes;
- g) Indicar o(s) preposto(s) para acionamento e representação sobre qualquer assunto relativo ao Contrato, devendo se encarregar da resolução das pendências, repasse das notificações e solicitações do Tribunal bem como de apresentação dos prazos formais para atendimento, os casos de impossibilidade de atendimento imediato, e ainda ter os poderes para receber notificações de descumprimento, de aplicação, de penalidades, de rescisão, de convocação, de tomadas de providências para ajustes ou aditivos contratuais e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar

providências e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica da condução do Contrato;

h) Informar quais as oficinas, concessionárias ou prestadoras de serviços a atender as solicitações de acionamento da cobertura do seguro;

i) Providenciar a imediata correção de erros cometidos apontadas pelo Tribunal, que possam comprometer a execução do Contrato;

j) Abster-se de divulgar publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação destes serviços, sem prévia autorização do Tribunal; e

k) Prestar esclarecimentos ao Tribunal sobre eventuais fatos noticiados que o envolva.

### **6.17. Do Acompanhamento e Fiscalização dos Serviços**

6.17.1. O(A) Gestor(a) e o(s) Fiscal(is) do Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da prestação dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

6.17.2. O Tribunal reserva-lhe o direito de exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, verificando se há falhas a serem detectadas, comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta, bem como solicitar a substituição dos estabelecimentos credenciados que forem considerados incompatíveis com os termos e exigências previstas neste Termo de Referência.

6.17.3. Os serviços (seja reparos, acionamento de guinchos, trocas de vidro) deverão ser executados por meio de mão de obra qualificada e treinada, refazendo-se imediatamente o serviço considerado desconforme por este Tribunal, ou combinar nova data e/ou horário, conforme as necessidades do Tribunal.

6.17.4. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, o Tribunal reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto deste Termo de Referência, direta ou indiretamente, podendo para isso, fotografar ou filmar, todo ou em parte, a execução dos serviços, nas dependências das concessionárias / oficinas, além de solicitar vistoria dos órgãos fiscalizadores.

6.17.5. Em caso de falhas ou interrupções da prestação dos serviços, independente do que houver lhe dado causa, é conveniente para o Tribunal se reservar o direito de utilizar qualquer outra empresa que ofereça o mesmo serviço na mesma região, de modo a não comprometer as atividades do Tribunal.

### **6.18. Da Sustentabilidade**

6.18.1. Tendo em vista que o Tribunal possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, a Contratada deverá observar a seguinte legislação, no que couber:

a) Lei Federal n. 6.938, de 31/08/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente);

b) Resolução CONAMA n. 275, de 25/04/2001 (Cores para Coleta Seletiva);

c) Decreto n. 5.940, de 25/10/2006 (Separação dos Resíduos Sólidos Recicláveis);

d) Recomendação do CNJ n. 011, de 22/05/2007 (Adoção de Políticas Públicas);

e) Instrução Normativa n. 01 STIL/MPOG, de 19/01/2010 (Sustentabilidade Ambiental);

f) Decreto n. 7.746, de 05/06/2012 (Desenvolvimento Sustentável nas Contratações); e

g) Outras que entrarem em vigor.



6.18.1.1. A Contratada deverá orientar sua rede de oficinas credenciadas para que oriente seus empregados, através de cartilhas, visando à adoção de boas práticas ambientais, tais como:

- a) Reduzir: orientar quanto ao uso racional do consumo de energia elétrica e de consumo de água e ainda racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes pela substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade, observadas as normas ambientais vigentes;
- b) Reutilizar: orientar quanto às boas práticas de otimização de recursos, evitando a redução de desperdícios bem como a redução de produção de resíduos sólidos, orientando ainda a utilização de reaproveitamento de materiais; e
- c) Reciclar: orientar quanto à forma efetiva no desenvolvimento das atividades de separação do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos.

## **7. DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA**

7.1. Para fins de habilitação, a licitante deverá encaminhar:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de Direito Público ou Privado que comprove(m) a capacidade e aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível ao objeto deste Termo de Referência, ou seja, prestação de serviços de Seguro Total para Veículos Automotores; e
- b) Certidão de Regularidade junto à SUSEP - Superintendência de Seguros Privados.

7.1.1. A licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, para verificações por parte do Tribunal.

7.2. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93.

## **8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

8.1. Conforme art. 67 da Lei n. 8.666/93 e Instrução n. 007/2017-PR do Tribunal (DJE n. 95, de 26/05/2017), o contrato advindo deste Termo de Referência terá como Gestor e Fiscal, os seguintes servidores:

- a) Gestor do Contrato: Amadeu Leite de Araújo Júnior, e-mail: amadeujunior@tjro.jus.br;
- b) Fiscal Administrativo: Luiz Rocha de Oliveira Vieira, e-mail: luizrocha@tjro.jus.br; e
- c) Fiscal Operacional do Contrato no Interior: o(a) Assistente de Direção do Fórum.

8.2. O Gestor do Contrato poderá ser localizado no Edifício-Sede do Tribunal, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330, fone (69) 3309-6243.

8.3. O Gestor e os Fiscais do Contrato terão como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência.

## **9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



9.1. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta de recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, Unidade 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, Funcional Programática: 02.122.2073.2449 - Manter as atividades administrativas do PJRO, conforme destacado na Tabela a seguir:

Item	Programa	Especificação da Despesa	Elemento de Despesa	Subitem
1	Gestão, Manutenção e Serviços do PJRO	Seguros em geral	33.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	69 - Seguros em Geral

## 10. DA ASSINATURA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine o contrato.

10.2. O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o contrato, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de informação - SEI.

10.2.1. A recusa injustificada da empresa em assinar o contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

10.2.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra o motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

10.3. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura da empresa.

10.4. Na data da assinatura do contrato, o representante da empresa deverá:

- a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação se vencidos; e
- b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do caput do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11/01/2012, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.

10.5. Na hipótese da não assinatura do contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas nestes Termos de Referência e das demais cominações legais.

10.6. O contrato advindo deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir da data da última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado por iguais e sucessíveis períodos, com a vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei n. 8666/93.

## 11. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DOS PREÇOS, DA REVISÃO, DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei n. 8.666/93.

11.2. Durante o prazo de vigência do contrato, seu respectivo valor será irrevogável. A periodicidade para eventual reajuste de preços será anual, contando-se a partir da data limite para apresentação da proposta comercial, adotando-se com índice aplicável o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

11.3. Nos termos do art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93, poderá haver revisão do contrato para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos da Contratada e a retribuição do Tribunal para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.4. Observadas as demais disposições constantes no Capítulo III, Seção V, da Lei n. 8.666/93, a rescisão do contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 78, I a XII e XVII, da Lei n. 8.666/93, conforme disposto no art. 77 c/c art. 79, I, da referida Lei;

b) será declarada unilateralmente pelo Tribunal se, durante a vigência do contrato, a Contratada contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal, haja vista ser vedada, nesses casos, a manutenção, aditamento ou prorrogação contratual, conforme disposto no art. 3º da Resolução n. 07/2005, alterado pela Resolução n. 09/2005, ambos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, não implicando qualquer ônus para o Tribunal; e

c) poderá ocorrer amigavelmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 79, II e III, da referida Lei.

11.5. Se a rescisão for unilateral ou amigável, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de rescisão, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

## 12. DA GARANTIA CONTRATUAL

12.1. A Contratada deverá, no prazo de **até 10 (dez) dias úteis** após a última assinatura do contrato pelas partes, prestar garantia de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo valor total, em nome do Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85, podendo optar por uma das seguintes modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia; e

c) fiança bancária.

12.1.1. Se a opção de garantia recair em caução em dinheiro, seu valor será depositado junto a uma instituição financeira, na conta informada pela Divisão de Contratos e Convênios (DCC/TJRO).

12.1.2. Se a opção de garantia se fizer na modalidade seguro-garantia, a apólice respectiva deverá ser expedida exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pela

Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Deverá ser apresentado o número com que a apólice ou o endosso tenha sido registrado na SUSEP.

12.1.3. Quando a garantia for apresentada na modalidade fiança bancária, o instrumento respectivo deverá ser expedido exclusivamente por qualquer das entidades controladas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil e deverá ser cumprida e exequível na cidade de Porto Velho/RO.

12.1.4. A garantia na modalidade seguro-garantia ou fiança bancária deverá ser prestada com vigência de 90 (noventa) dias após a execução do contrato.

12.2. Se, por qualquer razão, for necessária a alteração do contrato, a Contratada ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da notificação expedida pelo Tribunal.

12.3. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, o Tribunal notificará a Contratada, para que a substitua **no prazo de 10 (dez) dias úteis** a contar do recebimento da notificação.

12.4. Se a Contratada desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na **multa de 5% (cinco por cento)** sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia do prazo. Nesse caso, o Tribunal indicará novo prazo à Contratada, que deverá cumpri-lo, caso contrário sofrerá a penalidade acima referida.

12.5. A garantia responderá pelo inadimplemento das condições contratuais, pelos danos ou prejuízos causados ao Tribunal e pelas eventuais multas ou penalidades aplicadas, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais.

12.6. Uma vez aplicada multa à Contratada, e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, o Tribunal poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido.

12.7. No caso de rescisão do contrato determinada por ato unilateral e escrito do Tribunal, nos casos enumerados no art. 78, I a XII e XVII, da Lei n. 8.666/93 (incisos XII e XVII havendo culpa da Contratada), a garantia será executada para ressarcimento do Tribunal, referente aos valores das multas e indenizações a ela porventura devidos, conforme art. 80, III, da referida Lei.

12.8. Quando a rescisão ocorrer pelos motivos relacionados no art. 78, XII a XVII, da Lei n. 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito à devolução da garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização (conforme art. 79, § 2º da referida Lei).

12.9. A garantia prestada pela Contratada ou seu saldo, se houver, será liberada ou restituída de ofício após a execução do contrato, conforme disposto no art. 56, § 4º c/c art. 40, § 3º, da Lei n. 8.666/93.

12.10. Quando a garantia contratual for na modalidade caução em dinheiro, a restituição dar-se-á mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para pagamento da despesa decorrente da execução do contrato. Quando nas modalidades seguro-garantia e fiança bancária a restituição far-se-á por meio de ofício após a execução do contrato.

### 13. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL

13.1. Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

13.2. Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do contrato.

13.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

14.1. Cumprir todas as disposições constantes do objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações do Tribunal, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

14.2. Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 70 da Lei 8.666/93.

14.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

14.4. Manter, durante a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação (INSS, FGTS, Tributos Estaduais e outras solicitadas) e qualificação exigidas, de acordo com o art. 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93.

14.5. Efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto deste Termo de Referência, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados.

14.6. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, em função da execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência bem como em executar em plena conformidade, a descrição pormenorizada apresentada abaixo, obrigando-se a Contratada, ainda, a:

a) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios, a ampla ação fiscalizadora do Tribunal, atendendo prontamente às exigências que lhe forem solicitadas, inclusive referentes à apresentação de documentos comprobatórios da execução do contrato e os relacionados ao cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais;

b) comunicar ao Tribunal qualquer impedimento que interfira no andamento dos serviços;

c) garantir a qualidade dos serviços prestados, respondendo na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços;

d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao Tribunal ou a terceiros, por dolo ou culpa, inclusive de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do Tribunal ou ainda por caso fortuito, força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência, e serão avaliadas pelo Tribunal. Eventuais valores devidos pela Contratada ao Tribunal poderão ser descontados de pagamentos pendentes ou vincendos; e

e) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

14.7. Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que lhe couber.

## 15. DAS PENALIDADES

15.1. Havendo recusa da empresa vencedora em assinar o Contrato será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o seu respectivo valor total estimado, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

15.1.1. O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação pela empresa.

15.2. O atraso injustificado para a entrega das apólices e/ou início do seguro, conforme subitem 6.3. deste Termo, incluindo os possíveis aditamentos ao Contrato, sujeitará à Contratada a multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, a cada dia de atraso, até o 10º (décimo) dia consecutivo, contado a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente posterior ao término do prazo. A partir do 11º (décimo primeiro) dia consecutivo, poderá cumprir-se o disposto no subitem 15.6 deste Termo.

15.3. A Contratada, quando não puder cumprir o(s) prazo(s) estipulado(s) para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos no art. 57, § 1º, II e V, da Lei n. 8.666/93, deverá, até o vencimento **do(s) respectivo(s) prazo(s)**, apresentar justificativa por escrito, em meio físico ou digital (segef@tjro.jus.br) ao Gestor do Contrato, **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério deste Tribunal a sua aceitação.

15.4. Vencido(s) o(s) prazo(s) estipulado(s), o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a(s) data(s) limite(s) para a execução. A partir da(s) data(s) limite(s) considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 15.6 deste Termo de Referência.

15.5. A execução do objeto deste Termo de Referência até a(s) data(s) limite(s) de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada da(s) respectiva(s) multa(s) prevista(s) no subitem 15.2 deste Termo.

15.6. Pelo descumprimento total ou parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total.

15.7. As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

15.8. As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da Lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

15.9. A Contratada inadimplente quando não tiver valores a receber do Tribunal terá o prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

15.10. A aplicação de multas e/ou a rescisão do contrato não impedem que o Tribunal aplique à Contratada as demais sanções previstas no art. 87, da Lei n. 8.666/93 (advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

## 16. DA VISITA TÉCNICA



16.1. Caso a licitante entenda necessário para fins de elaboração de sua Proposta, poderá realizar Visita Técnica ao local de implantação do objeto deste Termo de Referência, a fim de conhecer as condições do local, bem como se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade da implantação dos serviços.

16.2. A licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto deste Termo de Referência.

16.3. Optando pela Visita Técnica, a licitante, caso necessite de acompanhamento, deverá marcar previamente junto à administração de cada local com o Gestor e/ou Fiscais do Contrato, pelo(s) telefone(s) no Anexo I-A e I-B deste Termo de Referência.

## 17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitido subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o compromisso a ser assumido, seja de qualquer forma ou maneira, o objeto deste Termo de Referência.

## 18. DO FATURAMENTO

18.1. A Contratada deverá emitir a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

18.2. Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar no campo de informações gerais da fatura/nota fiscal ou recibo/boleto, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490, de 23 de Dezembro de 2014.

## 19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado **em 5 (cinco) dias úteis** caso o **valor total do contrato** seja igual ou inferior a **R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)** e, no caso do **valor total do contrato** acima deste valor, **em 30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal ou recibo/boleto, conforme Item 18 deste Termo de Referência, desde que o objeto contratado tenha sido entregue e a documentação da Contratada esteja regularizada. Se a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto não for apresentada ou a documentação não esteja regularizada, a contagem dar-se-á somente a partir da apresentação de todos os documentos necessários à liquidação.

19.2. O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada em sua Proposta de Preços Detalhada.

19.3. Se a fatura/nota fiscal ou recibo/boleto for apresentado(a) em desacordo ao contratado ou com irregularidades, a contagem do prazo para pagamento, mencionado no subitem 19.1 deste Termo de Referência, será reiniciada a partir da data em que a Contratada providenciar as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para o Tribunal.

19.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação quaisquer de suas obrigações, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.



19.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da fatura/nota fiscal ou recibo/boleto, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de fatura/nota fiscal ou recibo/boleto própria, onde:

**EM** = Encargos Moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$I = i / 365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
---------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%

## 20. CONCLUSÃO

20.1. Por derradeiro, perfazemos o presente Termo de Referência com o intuito de conceituar o objeto e as especificidades da contratação com clareza, precisão e objetividade necessárias a subsidiar o Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio, com o fim de encetar processo para o objeto em questão.

### ANEXO I – A

#### RELAÇÃO DE PRÉDIOS DO TJRO PARA GUARDA DOS VEÍCULOS (CAPITAL)

<b>EDIFÍCIO-SEDE</b>	Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330, Fone: (69) 3309-6243
<b>CENTRO DE APOIO LOGÍSTICO – CAL</b>	Rua da Beira, n. 6931, BR-364, Km 03 (três), sentido Cuiabá, Bairro Lagoa, Porto Velho/RO, CEP: 76812-003, Fone (69) 3309-6255
<b>ANEXO ADMINISTRATIVO</b>	Av. Lauro Sodré, n. 2480, Bairro Costa e Silva, Porto Velho/RO, CEP: 76803-490, Fone: (69) 3309-6210

### ANEXO I – B

#### RELAÇÃO DE PRÉDIOS DO TJRO (INTERIOR)

COMARCA DE ALTA FLORESTA DO OESTE	
<b>FÓRUM MIN. ALIOMAR BALEEIRO</b>	Av. Mato Grosso, esq. c/ Rua Ceará, Centro, CEP: 76954-000, Fone: (69) 3309-8411
COMARCA DE JI-PARANÁ	
<b>FÓRUM DES. SÉRGIO ALBERTO NOGUEIRA</b>	Av. Brasil, n. 595, Bairro Nova Brasília, CEP: 76900-261 Fone: (69) 3411-2911
COMARCA DE ALVORA DO OESTE	

<b>FÓRUM JURISTA JOSÉ JÚLIO GUIMARÃES LIMA</b>	Rua Vinícius de Moraes, n. 4308, Centro, CEP: 76930-000, Fone: (69) 3309-8261
<b>COMARCA DE MACHADINHO DO OESTE</b>	
<b>FÓRUM JOSÉ PEDRO DO COUTO</b>	Rua Tocantins, n. 3029, Centro, CEP: 76868-000, Fone: (69) 3309-8611
<b>COMARCA DE ARIQUEMES</b>	
<b>FÓRUM JUIZ EDELÇON INOCÊNCIO</b>	Av. Juscelino Kubtschek, n. 2365, Centro, CEP: 76872-853, Fone: (69) 3309-8111
<b>COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA</b>	
<b>FÓRUM JUIZ JOSÉ DE MELO E SILVA</b>	Rua Príncipe da Beira, n. 1500, Setor 13, CEP: 76958-000, Fone (69) 3309-8661
<b>COMARCA DE BURITIS</b>	
<b>FÓRUM JORGE GURGEL DO AMARAL NETO</b>	Rua Taguatinga, n. 1380, Setor 03, CEP: 76880-000, Fone: (69) 3309-8711
<b>COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE</b>	
<b>FÓRUM DES. CÁSSIO RODOLFO SBARZI</b>	Av. Daniel Camboni, n. 1480, Bairro União, CEP: 76920-000, Fone: (69) 3416-1711
<b>COMARCA DE CACOAL</b>	
<b>FÓRUM DES. ALDO CASTANHEIRA</b>	Av. Cuiabá, n. 2025, Centro, CEP: 76963-731, Fone: (69) 3443-7611
<b>COMARCA DE PIMENTA BUENO</b>	
<b>FÓRUM MINISTRO HERMES LIMA</b>	Rua Casimiro de Abreu, n. 237, Centro, CEP: 76970-000, Fone: (69) 3452-0911
<b>COMARCA DE CEREJEIRAS</b>	
<b>FÓRUM SOBRAL PINTO</b>	Av. das Nações, n. 2225, Centro, CEP: 76997-000, Fone: (69) 3309-8311
<b>COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI</b>	
<b>FÓRUM PROF. PONTES DE MIRANDA</b>	Av. Castelo Branco, n. 2667, Centro, CEP: 76916-000, Fone: (69) 3309-8161
<b>COMARCA DE COLORADO DO OESTE</b>	
<b>FÓRUM JUIZ JOEL QUARESMA DE MOURA</b>	Rua Humaitá, n. 3879, Centro, CEP: 76993-000, Fone: (69) 3341-7711
<b>COMARCA DE ROLIM DE MOURA</b>	
<b>FÓRUM JUIZ EURICO SOARES MONTENEGRO</b>	Av. João Pessoa, n. 4555, Centro, CEP: 76940-000, Fone: (69) 3449-3711
<b>COMARCA DE COSTA MARQUES</b>	
<b>FÓRUM SUSY SOARES SILVA GOMES</b>	Av. Chianca, n. 1061, Centro, CEP: 76937-000, Fone: (69) 3309-8361
<b>COMARCA DE SANTA LUZIA DO OESTE</b>	
<b>FÓRUM SEBASTIÃO DE SOUZA MOURA</b>	Rua Dom Pedro I, esq. c/ T. Neves, CEP: 76950-000, Fone: (69) 3309-8561
<b>COMARCA DE ESPIGÃO DO OESTE</b>	
<b>FÓRUM MIN. MIGUEL SEABRA FAGUNDES</b>	Rua Vale Formoso, n. 1954, Bairro Vista Alegre, CEP: 76974-000, Fone: (69) 3309-8211
<b>COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ</b>	
<b>FÓRUM DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ</b>	Av. S. Paulo, esq. c/ Ron. Aragão, Centro, CEP: 76935-000, Fone: (69) 3309-8811

<b>COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM</b>	
<b>FÓRUM NÉLSON HUNGRIA</b>	Av. XV de Novembro, s/n, Bairro Serraria, CEP: 76850-000, Fone: (69) 3516-4511
<b>COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ</b>	
<b>FÓRUM ANÍSIO GARCIA MARTINS</b>	Av. São Paulo, n. 1395, Bairro Cristo Rei, CEP: 76932-000, Fone: (69) 3309-8761
<b>COMARCA DE JARU</b>	
<b>FÓRUM MIN. VICTOR NUNES LEAL</b>	Rua Raimundo Cantanhede, n. 1080, Setor 02, CEP: 76890-000, Fone: (69) 3521-0211
<b>COMARCA DE VILHENA</b>	
<b>FÓRUM DES. LEAL FAGUNDES</b>	Av. Luiz Mazziero, n. 4432, Bairro Jd. América, CEP: 76980-000, Fone: (69) 3316-3611

## ANEXO II

### RELAÇÃO DA FROTA E VALORES PARA FRANQUIA

A relação da frota do Tribunal, bem como os valores máximos para as franquias para a contratação do objeto deste Termo de Referência se encontra na tabela:

Grupo	Item	Veículo	Quant.	Placa	Modelo	Ano	Ano	Valores máximos para as franquias (R\$)	Valor Total do Prêmio
1	1	Linea Essence 1.8	1	NDO-7727	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	2	Linea Essence 1.8	1	NDO-7757	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	3	Linea Essence 1.8	1	NDT-2277	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	4	Linea Essence 1.8	1	NDT-2307	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	5	Linea Essence 1.8	1	NDT-2347	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	6	Linea Essence 1.8	1	NDT-2367	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	7	Linea Essence 1.8	1	NDT-2387	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	8	Linea Essence 1.8	1	NDT-2397	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	9	Linea Essence 1.8	1	NDT-2407	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	10	Linea Essence 1.8	1	NDT-2417	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	11	Linea Essence 1.8	1	NDT-2427	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	12	Linea Essence 1.8	1	NDT-2437	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	13	Linea Essence 1.8	1	NDT-2457	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	14	Linea Essence 1.8	1	NDT-2467	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	15	Linea Essence 1.8	1	NDT-2477	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	16	Linea Essence 1.8	1	NDT-2487	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	17	Linea Essence 1.8	1	NDT-2497	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	18	Linea Essence 1.8	1	NDT-2507	Fiat	2013	2014	2.000,00	
	19	Caminhão Cargo 816e CD	1	OHL-6495	Ford	2016	2017	8.000,00	

20	Hilux SW4 SRV D4-D 4x4 3.0 TDI Aut.	1	NDY-2901	TY	2008	2009	5.000,00	
21	Van Sprinter 415 luxo T.B. 2.2	1	OHW-9275	MB	2016	2017	7.500,00	
22	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS-4071	TY	2012	2013	10.000,00	
23	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS-4091	TY	2012	2013	10.000,00	
24	Hilux CD D4-D 4x4 STD 3.0 TDI Mec * VEÍCULO BLINDADO	1	NBS-4111	TY	2012	2013	10.000,00	
25	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCF-8432	TY	2014	2014	12.000,00	
26	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCN-6364	TY	2014	2014	12.000,00	
27	Hilux SW4 SRV AT D4-D 4x4 3.0 TDI * VEÍCULO BLINDADO	1	NCT-6536	TY	2014	2014	12.000,00	
28	Caminhão Cargo 1419 CD	1	OHL-5095	Ford	2016	2017	12.000,00	
29	TRAILBLAZER LTZ 2.8 CTDI DIESEL AUT	1	NCX-2021	Chevrolet	2016	2017	12.000,00	
30	S10 PICK-UP LTZ 2.8 TDI 4X4 CD DIES.AUT	1	NCX-2051	Chevrolet	2016	2017	12.000,00	
31	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H52	Toyota	2020	2021	12.000,00	
32	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6G82	Toyota	2020	2021	12.000,00	
33	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHV6H62	Toyota	2020	2021	12.000,00	
34	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OHW2B42	Toyota	2020	2021	12.000,00	
35	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D02	Toyota	2020	2021	12.000,00	
36	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F02	Toyota	2020	2021	12.000,00	
37	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G52	Toyota	2020	2021	12.000,00	
38	Hilux CD SR 4x4 2.8	1	OXL3E12	Toyota	2020	2021	12.000,00	

	TDI Diesel Aut.							
39	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3H22	Toyota	2020	2021	12.000,00	
40	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3I12	Toyota	2020	2021	12.000,00	
41	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G92	Toyota	2020	2021	12.000,00	
42	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3G02	Toyota	2020	2021	12.000,00	
43	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3F62	Toyota	2020	2021	12.000,00	
44	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D32	Toyota	2020	2021	12.000,00	
45	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3E62	Toyota	2020	2021	12.000,00	
46	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D42	Toyota	2020	2021	12.000,00	
47	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D22	Toyota	2020	2021	12.000,00	
48	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D52	Toyota	2020	2021	12.000,00	
49	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL3D12	Toyota	2020	2021	12.000,00	
50	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A12	Toyota	2020	2021	12.000,00	
51	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A02	Toyota	2020	2021	12.000,00	
52	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A52	Toyota	2020	2021	12.000,00	
53	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A22	Toyota	2020	2021	12.000,00	
54	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL7D32	Toyota	2020	2021	12.000,00	
55	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A82	Toyota	2020	2021	12.000,00	
56	Hilux CD SR 4x4 2.8 TDI Diesel Aut.	1	OXL8A32	Toyota	2020	2021	12.000,00	
57	<b>ETIOS X 1.3 Flex 16V 5p Mec.</b>	1	NDP-7564	Toyota	2017	2018	2.930,00	
58	Hilux SW4 CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSW5A20	Toyota	2021	2021	12.000,00	
59	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3H70	Toyota	2021	2021	12.000,00	
60	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3J40	Toyota	2021	2021	12.000,00	
61	Hilux CD SRX 4x4 2.8 TDI 16V Die.Aut	1	RSX3J90	Toyota	2021	2021	12.000,00	
<b>Valor Total do Grupo (R\$)</b>								



Documento assinado eletronicamente por **AMADEU LEITE DE ARAÚJO JUNIOR**, **Chefe de Seção**, em 25/10/2022, às 12:06 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/mn-sist-sei>, informando o código verificador **3000197** e o código CRC **369FDD9C**.